

Ciência sem futuro

A educação superior de qualidade é feita majoritariamente pelas universidades públicas, como têm mostrado vários índices e indicadores internacionais. A associação entre atividades de ensino, de pesquisa e de extensão é primordial para a excelência acadêmica. Os alunos têm acesso ao conhecimento de fronteira em sua formação e podem participar do desenvolvimento e da criação desse conhecimento por meio de bolsas de pesquisa, atividade que é continuada nos programas de pós-graduação. Assim, causam enorme preocupação – apesar de não surpresa – os anúncios de que o CNPq (Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico) atingiu o limite orçamentário para o repasse e pagamento dessas bolsas.


No governo Itamar Franco houve um realinhamento e maior reconhecimento das atividades de pesquisa científica, com boa recuperação dos valores das bolsas de estudo das agências de fomento federais. A política foi mantida nos governos tucanos e petistas, com algumas apreensões quanto a atrasos nos pagamentos, mas com forte consolidação e expansão do sistema, especialmente nos últimos 15 anos.

Deixar de pagar as bolsas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado é podar o futuro de cientistas e profissionais. Na verdade, é podar boa parte da ciência no país, que é feita pelos alunos e não pelos pesquisadores, dedicados a suas necessárias atividades didáticas e de coordenação de projetos, mas também atolados nas extenuantes atividades burocráticas.

São esses os profissionais que fazem a ciência de que tanto o Brasil precisa para seus

saltos de qualidade, que não acontecerão no curto prazo e precisam do necessário tempo de consolidação e amadurecimento. No império da ignorância, cresce a crença. Uma corrente tem defendido a ciência por meio da criação do “Partido da Ciência”, mas um partido científico teria um papel de alerta, porém, provavelmente, pouca força política. Precisamos, sim, difundir a importância da experimentação científica para nossa compreensão do mundo e produção de tecnologia – o que demanda gente trabalhando nos laboratórios das universidades.

Prospera o discurso do utilitarismo, que defende que apenas setores produtivos devam ser bancados pelos recursos públicos, e o pagamento de bolsas deve financiar apenas a formação de um aluno especializado, o que é uma falácia ou argumento de pouca visão. O agronegócio, por exemplo – notório pelos aumentos de produtividade e desenvolvimento de espécimes resistentes – se beneficia desses profissionais. Boa parte dos técnicos, engenheiros e outros profissionais do setor tiveram, em algum momento de sua formação, o recebimento de bolsas que os incentivaram a continuar a formação e até retardar a vida profissional remunerada para se especializarem.

Dirão que o cobertor é curto, mas também o acobertado é oculto. É muito provável que alguma solução será encontrada nos próximos dias, pois há forte repercussão contrária, especialmente nos meios televisivos de maior sensibilização à população. A preocupação, porém, não diminui: outro setor tão importante quanto o de bolsas será descoberto e não será o das valiosas emendas parlamentares. 



Adilson Roberto Gonçalves é doutor em Química pela Unicamp, livre-docente pela USP e pesquisador no IPBEN-Unesp de Rio Claro-SP.